



ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL – CONDETUR/DF.

Aos catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, às nove horas e trinta minutos em segunda convocação, no espaço para eventos do Hotel Base Concept, localizado no Setor de Concessionárias, Lote 02, Lago Sul, Brasília-DF, se fizeram presentes os seguintes conselheiros para a 51ª Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento de Turismo do Distrito Federal – CONDETUR/DF: o senhor **Jaime Recena**, Presidente do CONDETUR/DF; o senhor **Arthur Bernardes**, Secretário de Estado de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo; o senhor **Rodrigo Sá**, Subsecretário de Produtos e Políticas de Turismo da Secretaria de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo do Distrito Federal; o senhor **Luiz Alberto Grande**, Subsecretário de Parcerias Público Privadas, da Secretaria de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo do Distrito Federal; o senhor **Henrique Severien**, Presidente de Honra do Conselho de Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal; a senhora **Lena Brasil**, representando o Ministério do Turismo; a senhora **Ana Paula Jacques**, Secretária-Executiva do CONDETUR/DF; o senhor **Rodrigo Daher**, Suplente da Secretária-Executiva do CONDETUR/DF; a senhora **Juliana Brasil**, Assistente da Secretaria-Executiva do CONDETUR/DF; a senhora **Beatriz Guimarães Borges**, representando a Associação Brasileira de Agências de Turismo Receptivo – ABARE; o senhor **Carlos Alberto Vieira**, representando a Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV/DF; a senhora **Neide Ferreira Evangelista**, representando a Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais do Turismo – ABBTUR; a senhora **Iêda Borges de Castro Costa**, representando a Associação Brasileira de Clubes da Melhor Idade do Distrito Federal – ABCMI/DF; a senhora **Adriana Pinto**, representando a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis; o senhor **Nilson Oliveira**, representando a Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis – ABLA; o senhor **Rodrigo Freire**, representando a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL/DF; a senhora **Cláudia Maldonado**, representando a Associação dos Diretores de Vendas e Marketing do Brasil – ADVB/DF; o senhor **Delfim da Costa Almeida**, representando o Brasília e Região Convention & Visitors Bureau – BRC&VB; o senhor **Francisco Maia Farias**, representando a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do DF – FECOMERCIO/DF; o senhor **Elson Ribeiro e Póvoa**, representando a Federação das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA; o senhor **André Lacerda**, representando o Fórum das Instituições de Ensino Superior do Distrito Federal; a senhora **Nathália Hallack Fabrino**, representando o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/DF; o senhor **Lamarck Freire Rolim**, representando o Sindicato das Empresas de Turismo do Distrito Federal – SINDETUR; o senhor **Ésio Avante da Silva**, representando o Sindicato das Empresas de Promoção, Organização, Produção e Montagem de Feiras, Congressos e Eventos do DF – SINDEVENTOS; a senhora **Maria José Carvalho**, representando o Sindicato dos Guias de Turismo do Distrito Federal –

SINDGTUR/DF; o senhor **Jael Antônio da Silva**, representando o Sindicato de Hotéis, Restaurantes e Similares de Brasília – SINDHOBAR; o senhor **José Agmar de Souza**, representando a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; o senhor **Cláudio Prata**, representando a Secretaria de Estado de Cultura; o senhor **Ivan Martins de Siqueira**, representando a Secretaria de Estado de Fazenda; o senhor **Fabrcício Lino**, representando a Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos; o senhor **Vinicius Renner Ximenes**, representando a Assessoria Internacional do Governo do Distrito Federal; senhora **Verônica da Conceição Silva**, representando a Secretaria Adjunta de Educação; e o senhor **João Luiz Valim Batelli**, representando a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos. O Presidente de Honra do Conselho, Sr. Henrique Ernesto Severien, deu as boas vindas e agradeceu a presença de todos os conselheiros. Após a verificação de quorum, deu início à 51ª Reunião Ordinária do CONDETUR/DF. Passou à aprovação da Ata da 50ª Reunião Ordinária. Em seguida passou a palavra ao Secretário de Estado de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo para suas considerações iniciais. **Com a palavra o Sr. Arthur Bernardes, Secretário de Estado de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo**, que cumprimentou a todos os presentes e iniciou falando sobre a reestruturação administrativa do Governo do Distrito Federal, visando a redução de custos da máquina governamental, com a consequente união entre a Secretaria de Turismo e a Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentável. Ressaltou que o Sr. Jaime Recena permanece de fato como “o Secretário de Turismo”, por considerar humanamente impossível uma única pessoa ser capaz de tratar de assuntos tão importantes, entre eles o turismo da capital federal. Que já foram feitas várias Portarias delegando ao Sr. Jaime Recena poderes para continuar exercendo o trabalho que já vinha sendo feito na prática. Portanto o Sr. Jaime Recena continua a presidir o CONDETUR e pediu que fosse verificado juridicamente como seria feita essa delegação. Colocou-se à disposição para ajudar em tudo que dependesse de articulação institucional. Em seguida falou sobre as novas ferramentas de gestão que o Governo do Distrito Federal estava lançando, as PPP's (Parceria Público Privada) e concessões, e que o turismo estava presente em muitas delas. Que aquelas eram ferramentas usadas em todo o mundo com o intuito do Estado centrar seus esforços nas políticas públicas e na execução destes contratos. Que não era possível que um Secretário de Turismo precisasse resolver pequenos problemas de administração, que o Estado tinha como função fundamental as políticas públicas de turismo, ações de fomento e atração de investimentos. Afirmou que os preços ínfimos cobrados para restaurantes e cafés explorarem espaços públicos como a Torre de TV ou Parque da Cidade, eram inadmissíveis. Que naquela data existiam 48 permissionários no Parque da Cidade que juntos arrecadavam para o Distrito Federal o valor de 24 mil reais por mês, enquanto seu custo de manutenção mensal é de 600 mil reais. Portanto não era uma questão de ser contra os empresários permanecerem naquele local, mas que deveriam pagar um preço justo. Que no Distrito Federal havia muita linha de crédito para os empresários, que o problema estava justamente no acesso aos créditos pelo setor produtivo. Colocou-se à disposição do Sr. Jaime Recena e de qualquer membro do CONDETUR, para ajudar e apoiar no que fosse possível. Afirmou ter um profundo respeito pelo Conselho de Desenvolvimento do Turismo, que era um conselho muito importante para uma cidade como Brasília, que possui uma vocação turística e que é a capital de todos os brasileiros. Por fim falou sobre os eventos que acontecem em espaços públicos com o

Mané Garrincha, o Pavilhão do Parque da Cidade ou o Centro de Convenções e enfatizou que para o Governo poder justificar as isenções na utilização desses equipamentos, era necessário que houvesse uma comprovação de incremento de arrecadação nos setores hoteleiros, de bares e de restaurantes nas datas em que estes eventos estivessem na cidade. Que, portanto, eram necessários critérios objetivos na análise de descontos e isenções no Distrito Federal, valorizando sempre as empresas e os produtos locais, sendo inaceitável que houvesse poder discricionário do administrador. Abordou também ser inaceitável o fato de eventos que aconteceram em Brasília, mas que produziram arrecadação em outros Estados da Federação. Atentou para o fato de que o turismo se configura num grande vetor de crescimento da economia no Distrito Federal, portanto quando o Governador pensou na fusão da Secretaria de Turismo, levou esse ponto em consideração. Agradeceu a atenção de todos e colocou-se à disposição para responder qualquer tipo de questionamento. **Com a palavra o Sr. Jael Antônio da Silva representando o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília (SINDHOBAR)**, que parabenizou o Secretário pela decisão de permanecer com o Sr. Jaime Recena à frente da Secretaria Adjunta de Turismo, com todas as prerrogativas que o cargo merece. Que o Sr. Jaime Recena era um profundo conhecedor do se passa no seguimento do turismo. Que o setor produtivo do turismo tinha o seu destaque na cidade de Brasília, merecendo ser mais respeitados pelo Executivo e Legislativo, visto que estes em nenhum momento fizeram consultas aquele setor. Pediu ajuda com o Legislativo na questão da Lei do Silêncio, que precisou ser modificada em virtude de regras inexecutáveis da lei de 2008, em função do próprio crescimento da cidade, tornando impossível uma fiscalização efetiva com base numa lei retrógrada. Finalizou pedindo o apoio do Governo na Câmara Legislativa. **Com a palavra o Sr. Arthur Bernardes**, que agradeceu as palavras do Sr. Jael Silva e pontuou que a maior demonstração de respeito de sua parte e da parte do Governador do Distrito Federal, com o Conselho de Desenvolvimento do Turismo, era a manutenção do Sr. Jaime Recena como presidente. Pediu ao Subsecretário Luiz Grande, responsável pelas PPP's na Secretaria, que quando do recebimento das manifestações de interesse da iniciativa privada a respeito da Torre de TV, do Parque da Cidade ou de tudo que afetasse o turismo, que houvesse um diálogo com as entidades do Conselho, antes que qualquer decisão fosse tomada pelo Governo. Finalizou colocando-se à disposição do Conselho, como advogado, para o diálogo com o Executivo e o Legislativo. Disse que jamais poderia defender um ambulante, que não pagava impostos e do qual se desconhece a origem de suas mercadorias; que não era possível competir com quem paga imposto, aluguel e funcionários. Afirmou que não conhecia em detalhes a Lei do Silêncio, mas que agora como Secretário desta pasta vai estudar as demandas do setor e entendendo que estas fossem razoáveis, também seriam defendidas pela Secretaria. Que estes são assuntos transversais no Governo, com envolvimento de vários órgãos. **Com a palavra o Sr. Delfim da Costa Almeida, representando o Brasília e Região Convention & Visitors Bureau (BRCVB)**, que complementando a manifestação do Sr. Jael Silva, manifestou a sua insatisfação com o Governo do Distrito Federal. Que no período de campanha ao Governo, os empresários do setor do turismo reuniram 23 entidades e ficou decidido o apoio ao então candidato Rodrigo Rollemberg. Que todo o setor foi mobilizado e ainda se reuniram a mais 50 outras entidades para ajudar na eleição. Que durante a transição o *trade* participou ativamente, colocando todas as suas necessidades que setor entendia importante para a área do turismo. Que a nomeação da Secretaria de Turismo em

janeiro havia sido feita conforme sugestão do *trade*, mas depois disso várias medidas foram tomadas que acarretaram num ano muito difícil para o setor do turismo. Que a primeira medida adotada pelo Governador foi a proibição de viagens para fora do Distrito Federal, e com essa medida tornou muito difícil trazer turistas para a cidade de Brasília. Que era preciso sair e conversar com os empresários que vendem Brasília, era preciso convencer esses empresários a venderem Brasília num primeiro momento, porque eles não têm interesse em vender Brasília, porque é muito mais fácil vender o Nordeste, vender as praias, o Pantanal ou a Amazônia. Que não era produtivo enviar apenas o Secretário de Turismo para uma feira como a ABAV, maior feira de turismo do Brasil. Ressaltou que o *trade* desejava participar do Governo e justamente por isso apoiavam o Governador. Que a insatisfação do *trade* estava no fato deles estarem sendo informados dos acontecimentos somente após seus acontecimentos. **Com a palavra o Sr. Arthur Bernardes**, explicou que a lei das PPP's é do governo anterior, que agora somente foi feita a regulamentação e o anúncio através de uma resolução de quais os pontos que prioritariamente o Governo via que deviam ser concedidos à iniciativa privada, mas jamais privatizar, que remetia à venda do patrimônio público, mas que não era o caso. Fez questão de esclarecer que nas concessões as regras eram ditadas pelo Governo, e que gostaria muito da participação de todos os presentes na elaboração das regras pertinentes aos assuntos de interesse do CONDETUR. Que realmente a situação do Governo do Distrito Federal não estava fácil, que naquela data 81% de tudo que arrecadava era usado com a folha de pagamento dos servidores públicos, que o Distrito Federal nunca se preocupou com arrecadação porque tinha o fundo constitucional. Que essa discrepância entre arrecadação e despesa não era mais aceitável e que algumas medidas impopulares foram tomadas nesse sentido. Que o ideal, para um Conselho daquela importância, seria pensar o que poderia ser feito para melhorar esse quadro diante da atual situação do Governo. Que aquele era o fórum ideal para pensar dentro do segmento turístico o que o Governo poderia fazer naquele momento sem recursos financeiros para estimular o setor. **Com a palavra a Sra. Beatriz Borges, representando a Associação Brasileira de Agências de Turismo Receptivo (ABARE)**, saudou a todos e deu as boas vindas ao Secretário Arthur Bernardes. Começou por ressaltar a importância para o *trade* de ter um interlocutor como o Sr. Jaime Recena, que inclusive isto havia sido um compromisso de campanha do Governador. Que para gerar desenvolvimento e renda era fundamental primar pelo turismo. Concordou com o que foi colocado pelos conselheiros Jael Silva e Delfim Almeida. Por fim registrou sua insatisfação com a questão da não realização de uma reunião extraordinária para tratar das concessões e PPP's. **Com a palavra o Sr. Arthur Bernardes**, explicou que o edital para as concessões ainda não havia sido lançado, que não sabiam se iriam prosseguir com aquilo que foi colocado na Resolução, que não foram recebidas as manifestações das empresas e também não se sabia ainda como o Governo iria atuar em cada caso (Torre de TV, Parque da Cidade, zoológico, etc.). Deixou claro que ainda não existia nada feito. Que estava na pauta daquela reunião uma apresentação sobre as concessões e PPP's, para que todos entendessem o mecanismo e o funcionamento. Que no turismo era muito difícil que acontecesse uma PPP, o mais provável eram as concessões. Agradeceu a todos, fez um agradecimento especial ao Presidente de Honra Henrique Severien, aos servidores da Secretaria que viabilizaram o acontecimento da reunião, à recepção calorosa de todos os membros e que saía da reunião com uma percepção de anseio de diálogo do *trade* com o Governo. Frisou que como as reuniões tinham periodicidade bimestral, talvez

fossem necessárias algumas reuniões extraordinárias no próximo ano para tratar do tema das concessões. Em seguida precisou ausentar-se da reunião. **Com a palavra o Sr. Jaime Recena, Secretário Adjunto de Turismo da Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo do Distrito Federal e Presidente do CONDETUR**, que cumprimentou a todos e agradeceu a valorosa presença do Secretário Arthur Bernardes, que o turismo sempre batalhou para que fosse entendido como um vetor de desenvolvimento econômico da cidade, uma atividade que gerava negócios e empregos. **Com a palavra o Sr. Henrique Severien**, que afirmou ter havido até agora uma breve introdução de como ficou a nova Secretaria de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo e a relação com a pasta Ajunta de Turismo. Ficou claro que a relação e interlocução com o agora Secretário Adjunto de Turismo Jaime Recena permanecia a mesma. **Com a palavra o Sr. Delfim da Costa Almeida**, que solicitou que fosse enviado a todos os Conselheiros o novo organograma da Secretaria de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo. **Com a palavra o Sr. Henrique Severien**, que informou que essa nova estrutura seria enviada por e-mail para todos os Conselheiros. Que recebeu uma solicitação do ingresso da ABEOC (Associação Brasileira de Empresas de Eventos) ao CONDETUR e lembrou que esta entidade já havia feito parte do Conselho, que no ano passado ainda na outra administração havia sido pleiteado o seu retorno e que foi negado sem grandes justificativas. A documentação pleiteando esse novo ingresso chegou às mãos da presidência de honra e já foi conferida. Que existia um prazo pré-estabelecido em Estatuto para a análise, que a documentação já havia sido encaminhada para a equipe técnica da Secretaria de Turismo e houve uma grande dúvida sobre quem seriam os membros conselheiros que fazem parte do Conselho de Ética do CONDETUR. Que a última reunião do Conselho de Ética reuniu a Secretaria de Turismo, FECOMERCIO e SINDEVENTOS. **Com a palavra a Sra. Lena Brasil, representando o Ministério do Turismo**, informou que o Ministério do Turismo estará realizando em 2016 a I Conferência Nacional do Turismo, cujo desenvolvimento das atividades deverá ocorrer por meio dos Fóruns e Conselhos Estaduais de Turismo, existentes nas 27 Unidades da Federação. **Com a palavra a Sra. Cláudia Maldonado, representando a Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing (ADVB)**, que apresentou aos Conselheiros os avanços da Câmara Temática de Promoção do Destino Brasília que vem coordenando desde o dia 22 de julho do corrente ano. A Conselheira destacou a colaboração de diversas entidades e das áreas técnicas da Secretaria Adjunta de Turismo para o levantamento de informações e dados consolidados sobre o turismo no Distrito Federal e manifestou a relevância do Observatório do Turismo como ferramenta de gestão. Em sua apresentação, a Conselheira reforçou a necessidade de Brasília possuir uma marca própria, autônoma e que perpassasse os governos, isto é, uma marca permanente para a cidade como tantos casos de sucesso e entre eles o “I Love New York”. Assim, a Câmara Temática concordou que essa marca deveria ser trabalhada com o sentimento local de pertencimento da cidade e nada melhor que a participação dos próprios moradores na sua criação. Por esta razão, estavam fechando um Acordo de Cooperação Técnica com o UniCEUB, nos moldes do já realizado com a Câmara Temática do FITUR, para que fosse elaborado um Edital onde o objeto será a criação da marca conceito de Brasília. Todo o processo será acompanhado por um Comitê Executivo e por um Conselho e banca de notáveis. A Conselheira pediu que o projeto fosse validado pelo CONDETUR e abriu a ideia para considerações dos demais Conselheiros. **Com a palavra o Sr. Delfim Almeida**, que questionou a legitimidade do

coordenar UniCEUB os trabalhos de escolha da marca. **Com a palavra a Sra. Beatriz Borges**, que informou que a proposta era que houvesse uma marca que pudesse ser utilizada por todas as entidades e pelo Governo, não apenas pela Secretaria de Turismo, mas também pela Cultura, Meio Ambiente, para que a cidade pudesse ter uma identidade. Afirmou que uma cidade que não possui identidade própria era ainda mais difícil de ser vendida. Respondeu ao questionamento do Conselheiro Delfim Moreira e informou que o UniCEUB se prontificou a ajudar nesse processo de escolha da marca Brasília, até mesmo em virtude da Câmara Temática que tratava do FITUR haver assinado um Acordo de Cooperação Técnica com o Núcleo de Práticas Jurídicas do UniCEUB para elaboração de estudo sobre a aumento da base de incidência da contribuição do setor produtivo. Deixou claro que o UniCEUB não fará a marca, mas somente auxiliará no processo de gestão da escolha da marca. **Com a palavra o Sr. Henrique Severien**, que afirmou entender que a palavra coordenação possa criar certo desconforto a alguns conselheiros. No entanto a Câmara Temática estava propondo uma concorrência muito mais abrangente do que uma única universidade, era aberta a uma série de pessoas para o desenvolvimento da marca. Que era preciso que o CONDETUR reconhecesse suas limitações e que era preciso apoio para que o processo pudesse acontecer de forma incontestável. Que percebeu que o UniCEUB foi agregado ao grupo de trabalho para trazer uma metodologia de trabalho, regras e funcionar mais como um auxílio. **Com a palavra a Sra. Cláudia Maldonado**, esclareceu que o conselheiro da entidade representante das faculdades não participou de forma ativa da Câmara Temática, que o processo de seleção e premiação é muito caro, que a coordenação do projeto precisará disponibilizar uma série de coisas e que não havia naquele Conselho nenhuma entidade disposta a viabilizar e colocar uma estrutura de peso com o custo relacionado. Ressaltou que o UniCEUB era uma empresa sem fins lucrativos e a proposta era que a marca fosse aberta a todos. **Com a palavra o Sr. Lamarck Freire Rolim, representando o Sindicato das Empresas de Turismo do Distrito Federal (SINDETUR)**, que pediu a palavra para reiterar que a Câmara Temática vinha se reunido desde o começo do ano, de forma efetiva e quase semanal, que aquele havia sido um trabalho extremamente exaustivo e que o apoio desta unidade educacional era primordial, porque do contrário não existiria aquele projeto. **Com a palavra o Sr. Elson Ribeiro e Póvoa, representando a Federação das Indústrias do Distrito Federal (FIBRA)**, que havia pouco tempo que o SEBRAE lançou o “Selo Brasília” e indagou se não haveria nenhum conflito deste com a marca Brasília. **Com a palavra o Sr. Henrique Severien**, respondeu de que não haveria nenhum conflito, já que o “Selo Brasília” era atribuído à produtos fabricados em Brasília e que a “Marca Brasília” seria a identidade visual para promover a cidade de Brasília. Naquele momento o Presidente de Honra colocou em votação o projeto de escolha da marca Brasília apresentada pela conselheira Cláudia Maldonado, que foi aprovada por unanimidade. Aproveitou para sugerir que as próximas apresentações dessa Câmara Temática previssem datas e responsáveis, uma maneira mais prática para que todos pudessem acompanhar. Seguindo a pauta do dia, passou a palavra ao representante da Secretaria de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo, para tratar das Parcerias Público Privadas. **Com a palavra o Sr. Luiz Alberto Grande, Subsecretário de Parcerias Público Privadas, da Secretaria de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo do Distrito Federal**, que começou por explicar que a subsecretaria a qual pertence havia sido criada para ser um órgão facilitador do processo, um trabalho para dar transparência e objetividade ao processo.

Que não cabia aquele órgão tomar decisões, já que estas são privativas do grupo técnico executivo (um grupo eminentemente técnico que será composto por pessoas que possam contribuir no processo do ponto de vista técnico) e o órgão máximo de decisão será o Conselho de Gestão de Parcerias (Conselho formado por cinco Secretarias, dirigido pelo Governador do Distrito Federal). Quem irá coordenar os assuntos que se referem ao turismo dentro do grupo técnico será a Secretaria Adjunta de Turismo, portanto diante da manifestação de vontade do CONDETUR de fazer parte de conselho, caberá a Secretaria Adjunta convocar os Conselheiros. Explicou que a apresentação montada para aquela reunião não era voltada especificamente aos equipamentos turísticos da cidade do Distrito Federal. Que o Governo publicou uma Resolução no dia 11/11/2015, em que são elencados alguns equipamentos prioritários e que entre eles há equipamentos turísticos. Que estão aguardando manifestação do setor privado no sentido de apresentarem suas propostas de solução, do ponto de vista de estrutura e gerência, destes equipamentos. Que em princípio essas propostas serão para esse conjunto de equipamentos de empreendimentos públicos ou outros que a iniciativa privada achar que tenha interesse (seria o caso do estádio ou do autódromo, por exemplo). Que havia um decreto de julho de 2015 regulamentando a lei que já existia e todas as suas modificações. PPP é um contrato que envolve uma parceria entre a iniciativa privada e o Estado e que o Governo, através da citada Resolução, deu a possibilidade de serem usados dois instrumentos, a saber: MIP (Manifestação de Interesse Privado) e PMI (Procedimento de Manifestação de Interesse). Que existe a distribuição dos riscos que compõem a melhoria e a gestão de determinados equipamentos. A parceria-público-privada não deve ser inferior a 20 milhões de reais no valor total do contrato e deve ter um prazo entre 5 e 35 anos, ou seja, o fluxo de caixa é quem determinará o valor, é o movimento financeiro que gera um determinado negócio durante o período do contrato. Que pequenos empreendimentos que gerem poucos recursos provavelmente em 20 anos não gerarão 20 milhões, portanto estão fora da PPP. A PPP é um tipo de concessão, existem três tipos: comum, administrativa e patrocinada, sendo as duas últimas conhecidas como PPP's. A patrocinada é aquela que o Governo e a sociedade participam, ambas contribuem para a sustentabilidade do negócio (como uma estrada em que há cobrança de pedágio ou o transporte urbano). Na concessão administrativa só há participação do Estado (exemplo típico são os hospitais e escolas públicas). A concessão comum só há participação da sociedade em termos de pagamento de tarifas. Que o que diferencia os três casos de concessão é o aspecto de haver ou não contrapartida por parte do Governo. Que o Parque da Cidade seria tipicamente uma concessão comum, o parque é autossustentável e também porque será sustentado pela sociedade em função das explorações que existem lá dentro. Que num caso típico de um contrato tradicional os riscos são assumidos pelo Governo, num contrato de PPP os riscos são repassados para a iniciativa privada, sendo essa a fundamental diferença. Que o que se busca nesses casos de concessões é a diferença entre o custo do setor público *versus* custo do setor privado, que é a contrapartida pública. Se hoje o Governo administra com um valor de investimento, mais um valor de um custo estimado da exploração, essa diferença é o que faz com que o Governo decida pela possibilidade ou a vantagem que tem entre fazer ou não uma parceria. Com o detalhe de que essa diferença pode se tornar uma remuneração pelo que iniciativa privada estaria disposta a pagar pelo Governo para que ele conceda determinado bem para a iniciativa privada. Essa diferença faz com que gere a intenção

do Governo em fazer uma parceria e esse valor que excede pode se tornar um benefício do próprio Governo, que pode investir em outras coisas. Que todo esse processo é demonstrado em um projeto que possui várias etapas: desenvolvimento de um projeto técnico; o desenvolvimento de uma modelagem econômica e financeira (comportamento desse empreendimento ao longo do tempo); e uma fase jurídica, onde é preparado o edital, que é um reflexo desse projeto técnico. É importante mencionar que as duas partes elegem um verificador independente, uma entidade que irá controlar indicadores de desempenho. Portanto é preciso definir indicadores que efetivamente demonstrem o desempenho daquela exploração. A MIP é proativa da sociedade, é a porta aberta pelo Governo para que a sociedade possa se manifestar quanto ao seu interesse de gerir ou melhorar o serviço ou equipamento. O procedimento de manifestação de interesse (PMI) é o desenvolvimento de projetos pela iniciativa privada. Este desenvolvimento de projeto é remunerado, ou seja, seu custo é adicionado à modelagem econômica e o vencedor do processo licitatório remunera o executor do projeto. O processo que está previsto na PPP do GDF admite a existência mais de um interessado, tanto interessado em apresentar a proposta, como em fazer a PMI. O Governo deverá se reunir e decidir qual o melhor projeto ou qual parte de cada um dos projetos foi melhor, sendo possível um híbrido definindo a participação de cada um e a remuneração será proporcional à participação no projeto final de cada um dos que desenvolveram esse projeto. O organograma do órgão máximo de decisão no GDF possui um Conselho de Gestão de Parcerias, cujo presidente é o Governador; a Secretaria Executiva é do Subsecretário de PPP's; que por sua vez é composta pelo grupo técnico (GTE), que seria o grupo onde os membros do CONDETUR poderiam se encaixar; e pelos Conselheiros (Secretários de Fazenda; de Planejamento; de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo; Chefe da Casa Civil; Procuradoria; e os membros eventuais que tenham uma ligação direta com a pauta que será discutida na reunião). Que naquele exato momento o Governo do Distrito Federal encontrava-se no primeiro estágio do processo das concessões, que era a busca por manifestação de interesse privado sobre o que poderia interessar à iniciativa privada. A partir desse ponto o pedido seria levado ao CGT para que ele autorizasse dar seguimento e nesse caso pudesse fazer uma PMI (setor privado) ou desenvolver uma modelagem (setor público ou privado). Nesse ponto estaria toda a interferência do setor privado, do setor público, do grupo técnico executivo, portanto o desenvolvimento de todo o projeto do ponto de vista técnico, econômico, financeiro e jurídico. A partir daí viriam às audiências públicas e feitas as consultas havia possibilidade do projeto ser refeito. Em seguida vem a fase do processo licitatório onde seria feito o edital. Ressaltou que entre a fase em que o Governo se encontra até a fase de edital, podem se passar anos. Deu como exemplo o processo de concessão dos aeroportos, que era considerado um processo rápido e que teve a duração de 18 meses. Colocou-se à disposição de todos para esclarecimento de dúvidas e disponibilizou seu endereço de e-mail. E assumiu o compromisso de fazer uma prestação de contas do andamento dos projetos na próxima reunião do CONDETUR. Sugeriu uma rodada de perguntas onde fosse possível sanar as dúvidas de todos os conselheiros. Agradeceu a atenção de todos. **Com a palavra a Sra. Beatriz Borges**, que agradeceu a excelente explanação do técnico da Secretaria de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo e deu algumas sugestões de PPP's para a cidade de Brasília, disponibilizando a ajuda do Conselho naquele detalhamento que fomentaria a economia, o turismo e do que pode ser importante para o turista. Citou a concessão

do Pontão do Lago Sul como um caso de sucesso, como uma concessão que funciona muito bem. **Com a palavra o Sr. Henrique Severien**, que solicitou à equipe técnica da Secretaria que a apresentação do Sr. Luiz Grande fosse repassada por e-mail para todos os conselheiros. Comentou que aquele era um assunto que suscitava muitas dúvidas e que provavelmente o Conselho precisaria se reunir de maneira extraordinária para tratar especificamente deste tema. Anunciou que como seu mandato de Presidente de Honra do CONDETUR terminaria em janeiro, provavelmente aquela era a última reunião presidida por ele. Que o próximo Presidente de Honra seria o Sr. Francisco Maia, pela ordem estabelecida na 48ª Reunião Ordinária do CONDETUR. Aproveitou para registrar algumas questões, destacando especificamente a realidade vivida pela Secretaria de Turismo, o pouco que se podia fazer com todas as limitações, destacando o Observatório do Turismo que de alguma forma conseguiu se manter e desenvolver um trabalho com informações até mais confiáveis, sem aplicação de nenhum recurso, parabenizou toda a equipe da Secretaria de Turismo por esse trabalho. Agradeceu também a toda equipe de suporte do CONDETUR, nas pessoas da Ana Paula Jacques, Juliana Brasil e Rodrigo Daher, que estão sempre à disposição, atendendo a todos os chamados e fazendo aquilo que foi deliberado. Que aquilo que não acontecia no CONDETUR, assim o era muito mais por culpa dos conselheiros do que por parte da equipe técnica. Que sem a equipe técnica da Secretaria seria muito difícil presidir o Conselho. Agradeceu também à servidora Rayane Ruas por todo o esforço com o Observatório do Turismo. **Com a palavra a Sra. Cláudia Maldonado**, que agradeceu ao Sr. Henrique Severien pela maneira como conduziu sua presidência de honra. **Com a palavra o Sr. Jaime Recena**, que também parabenizou o Sr. Henrique Severien pela presidência de honra do CONDETUR, que sempre ajudou muito nos trabalhos do Conselho. Que esse novo formato com a alteração do Regimento Interno através da Câmara Temática e validado pelo Conselho no início do ano foi fundamental para que pudessem chegar aquele ponto, mesmo com todas as dificuldades que o Distrito Federal tem passado. Que o trabalho do Governo ficou limitado pelas dificuldades encontradas no início do ano. Ressaltou ainda que mesmo com aquele cenário negativo a Secretaria de Turismo conseguiu algo muito positivo, como a união do *trade* no CONDETUR de forma muito participativa. Que todas as Câmaras Temáticas geraram produtos e isso era fundamental. Agradeceu o apoio do *trade*, que essa união das entidades era muito importante para a manutenção da Secretaria Adjunta de Turismo. Agradeceu mais uma vez todo o esforço e dedicação que o Presidente de Honra Henrique Severien colocou à frente desse trabalho. Que todos no Conselho sabem que a melhor forma para enfrentar a crise econômica era apostar no desenvolvimento do turismo no Brasil, que estava sendo explorado muito aquém dos potenciais. Que havia sido preparada uma apresentação sobre os trabalhos do Conselho de Desenvolvimento do Turismo no ano de 2015, mas em virtude do horário essa apresentação seria enviada por e-mail a todos os conselheiros. Que essa apresentação foi preparada pela equipe técnica responsável pelo CONDETUR da Secretaria Adjunta de Turismo, equipe esta que já foi elogiada e foi solicitada mais uma salva de palmas. Fez um agradecimento especial ao Rodrigo Sá, que havia colaborado com o turismo, não apenas no Governo, mas quando ainda era diretor do SEBRAE. Desejou a todos um feliz natal e um feliz ano novo, que o Conselho continuasse no ano de 2016 trazendo resultados, com um clima muito amistoso. E não havendo mais nada a tratar e nenhuma manifestação, como Presidente encerrou os trabalhos.

Jaime Recena
Presidente do Conselho de
Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal

Henrique Severien
Presidente de Honra
Conselho Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal

Ana Paula Jacques
Secretária Executiva
Conselho de Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal